

NCF Participações S.A.

CNPJ nº 04.233.319/0001-18 – NIRE 35.300.183.371

Ata da Reunião Extraordinária do Conselho de Administração realizada em 30.7.2021

Aos 30 dias do mês de julho de 2021, às 17h30, na sede social, no Núcleo Cidade de Deus, Prédio Vermelho, 4º andar, Vila Yara, Osasco, SP, e por videoconferência, reuniram-se os membros do Conselho de Administração da Sociedade, sob a presidência do senhor Luiz Carlos Trabuco Cappi, que convidou o senhor Antonio José da Barbara para assumir a função de Secretário. Considerando a aprovação das matérias constantes da ordem do dia da Assembleia Geral Extraordinária realizada nesta data, os Conselheiros deliberaram: 1. aprovar o Regimento Interno do Comitê de Auditoria da Sociedade, nos termos da Instrução CVM nº 308, de 14 de maio de 1999, conforme alterada, o qual faz parte integrante desta ata como **Anexo**; 2. eleger os membros do Comitê de Auditoria da Sociedade, conforme segue: **Alexandre da Silva Glüher**, brasileiro, casado, Administrador, RG 57.793.933-6/SSP-SP, CPF 282.548.640/04, como Coordenador; **Amaro Luiz de Oliveira Gomes**, brasileiro-britânico, casado, Contador, RG 784.815/SSP-DF, CPF 289.272.301/91, como Especialista em Contabilidade Societária, nos termos da Instrução CVM nº 308, de 14 de maio de 1999, conforme alterada; e **Paulo Ricardo Satyro Bianchini**, brasileiro, casado, Administrador de Empresas, RG 7.880.083-3/SSP-SP, CPF 666.764.448/87, como Membro, todos com endereço profissional no Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900. Em seguida, esclareceu o senhor Presidente que os integrantes do Comitê de Auditoria: 1) terão mandato de 5 anos, estendido até a posse dos membros que venham a substituí-los; e 2) arquivaram na sede da Sociedade declaração, sob as penas da lei, de que atendem às condições prévias de elegibilidade previstas no Artigo 147 da Lei nº 6.404/76. Em consequência, o Comitê de Auditoria da Sociedade fica assim composto: **Coordenador**: Alexandre da Silva Glüher; **Especialista em Contabilidade Societária**: Amaro Luiz de Oliveira Gomes e **Membro**: Paulo Ricardo Satyro Bianchini 3. não fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria, considerando que todos recebem remuneração pelas funções que exercem no Banco Bradesco S.A., empresa controlada. Nada mais foi tratado, encerrando-se a reunião e lavrando-se esta Ata que os Conselheiros assinam. aa) Luiz Carlos Trabuco Cappi, Carlos Alberto Rodrigues Guilherme, Milton Matsumoto, Alexandre da Silva Glüher e Maurício Machado de Minas. Declaro para os devidos fins que a presente é cópia fiel da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. NCF Participações S.A. a) Antonio José da Barbara - Secretário. **Certidão** - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certificado o registro sob nº 393.757/21-3, em 18.8.2021. a) Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral. **Anexo da Ata da Reunião Extraordinária do Conselho de Administração de 30.7.2021** - Regimento do Comitê de Auditoria Estatutário da NCF Participações S.A. - Capítulo I - Do Propósito - **Artigo 1º)** O Comitê de Auditoria Estatutário (CAE), órgão de caráter permanente, tem por objetivos principais recomendar e assessorar o Conselho de Administração da NCF Participações S.A. nos assuntos relativos às demonstrações contábeis, às auditorias interna e independente, às exposições de risco e controles internos. **Parágrafo Único** - O CAE deve possuir: I - meios para receber denúncias, inclusive sigilosas, internas e externas à companhia, em matérias relacionadas ao escopo de suas atividades; e II - autonomia operacional e dotação orçamentária, anual ou por projeto, dentro de limites aprovados pelo Conselho de Administração para conduzir ou determinar a realização de consultas, avaliações e investigações dentro do escopo de suas atividades, inclusive com a contratação e utilização de especialistas externos independentes. Capítulo II - Da Subordinação - **Artigo 2º)** O Comitê reportar-se-á diretamente ao Conselho de Administração, atuando com independência em relação à Diretoria. Capítulo III - Da Composição - **Artigo 3º)** O CAE deve ser composto por 3 (três) a 5 (cinco) membros, sendo 1 (um) designado Coordenador, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandatos de 5 (cinco) anos, sendo que: I - deverá possuir ao menos 1 (um) membro do Conselho de Administração da companhia que não participe da diretoria; e II - deverá possuir a maioria de membros independentes. **Parágrafo Primeiro** - É vedada a participação no CAE de diretores da companhia, suas controladas, controladora, coligadas ou sociedades em controle comum, diretas ou indiretas. **Parágrafo Segundo** - Para que se cumpra o requisito de independência de que trata o inciso II do **caput**, o membro do CAE: I - não pode ser, ou ter sido, nos últimos 5 (cinco) anos: a) diretor ou empregado da companhia, sua controladora, controlada, coligada ou sociedade em controle comum, diretas ou indiretas; ou b) responsável técnico da equipe envolvida nos trabalhos de auditoria da instituição; e c) sócio, responsável técnico ou integrante de equipe de trabalho do Auditor Independente - Pessoa Jurídica; e II - não pode ser cônjuge, parente em linha reta ou linha colateral, até o terceiro grau, e por afinidade, até o segundo grau, das pessoas referidas no inciso I. **Parágrafo Terceiro** - Os membros do CAE devem atender aos requisitos previstos

no artigo 147 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. **Parágrafo Quarto** -Tendo exercido mandato por qualquer período, os membros do CAE só poderão voltar a integrar tal órgão, na mesma companhia, após decorridos, no mínimo, 3 (três) anos do final do mandato. **Parágrafo Quinto** -Ao menos 1 (um) dos membros do CAE deve ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária. **Parágrafo Sexto** - Para que se cumpra o requisito de reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, previsto no **Parágrafo Quinto**, o membro do CAE deve possuir: I - conhecimento dos princípios contábeis geralmente aceitos e das demonstrações financeiras; II - habilidade para avaliar a aplicação desses princípios em relação às principais estimativas contábeis; III - experiência preparando, auditando, analisando ou avaliando demonstrações financeiras que possuam nível de abrangência e complexidade comparáveis aos da companhia; IV - formação educacional compatível com os conhecimentos de contabilidade societária necessários às atividades do CAE; e V - conhecimento de controles internos e procedimentos de contabilidade societária. **Parágrafo Sétimo** - O atendimento aos requisitos previstos no **Parágrafo Sexto** deve ser comprovado por meio de documentação mantida na sede da companhia, à disposição da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), pelo prazo de 5 (cinco) anos contados a partir do último dia de mandato do membro do CAE. **Parágrafo Oitavo** - Os membros do CAE devem manter postura imparcial e cética no desempenho de suas atividades e, sobretudo, em relação às estimativas presentes nas demonstrações financeiras e à gestão da companhia. **Parágrafo Nono** - A substituição de membro do CAE deve ser comunicada à CVM em até 10 dias contados da sua substituição. Capítulo IV - Das Atribuições - **Artigo 4º)** Compete ao Coordenador do Comitê: a) avaliar e definir os assuntos a serem discutidos nas reuniões; b) coordenar as reuniões; e c) solicitar a emissão de parecer por qualquer consultor especializado ou empresa de consultoria. **Artigo 5º)** O Comitê terá as seguintes atribuições: I - opinar sobre a contratação e destituição do auditor independente para a elaboração de auditoria externa independente ou para qualquer outro serviço; II - supervisionar as atividades: a) dos auditores independentes, a fim de avaliar: 1. a sua independência; 2. a qualidade dos serviços prestados; e 3. a adequação dos serviços prestados às necessidades da companhia; b) da área de controles internos da companhia; c) da área de auditoria interna da companhia; e d) da área de elaboração das demonstrações financeiras da companhia; III - monitorar a qualidade e integridade: a) dos mecanismos de controles internos; b) das informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras da companhia; e c) das informações e medições divulgadas com base em dados contábeis ajustados e em dados não contábeis que acrescentem elementos não previstos na estrutura dos relatórios usuais das demonstrações financeiras; IV - avaliar e monitorar as exposições de risco da companhia, podendo inclusive requerer informações detalhadas de políticas e procedimentos relacionados com: a) a remuneração da administração; b) a utilização de ativos da companhia; e c) as despesas incorridas em nome da companhia; V - avaliar e monitorar, juntamente com a administração e a área de auditoria interna, a adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela companhia e suas respectivas evidências; e VI - elaborar relatório anual resumido, a ser apresentado juntamente com as demonstrações financeiras, contendo a descrição de: a) suas atividades, os resultados e conclusões alcançados e as recomendações feitas; e b) quaisquer situações nas quais exista divergência significativa entre a administração da companhia, os auditores independentes e o CAE em relação às demonstrações financeiras da companhia. Capítulo V - Das Reuniões - **Artigo 6º)** O CAE reunir-se-á bimestralmente, e sempre que necessário, de forma que as informações contábeis sejam sempre apreciadas antes de sua divulgação. **Parágrafo Primeiro** - As reuniões do CAE devem ser registradas em atas. **Parágrafo Segundo** - O coordenador do CAE, acompanhado de outros membros do CAE quando necessário ou conveniente, deve: I - reunir-se com o Conselho de Administração, no mínimo, trimestralmente; e II - comparecer à assembleia geral ordinária da companhia. **Capítulo VI - Das Disposições Gerais - Artigo 7º)** A companhia deve manter em sua sede social e à disposição da CVM, pelo prazo de 5 (cinco) anos, relatório anual circunstanciado preparado pelo CAE, contendo a descrição de: a) suas atividades, os resultados e conclusões alcançados e as recomendações feitas; e b) quaisquer situações nas quais exista divergência significativa entre a administração da companhia, os auditores independentes e o CAE em relação às demonstrações financeiras da companhia. **Parágrafo único** - Os auditores independentes devem atender às demandas do CAE em todas as matérias de sua competência.

NCF Participações S.A.

CNPJ nº 04.233.319/0001-18 – NIRE 35.300.183.371

Ata da Reunião Extraordinária do Conselho de Administração realizada em 30.7.2021

Aos 30 dias do mês de julho de 2021, às 17h30, na sede social, no Núcleo Cidade de Deus, Prédio Vermelho, 4º andar, Vila Yara, Osasco, SP, e por videoconferência, reuniram-se os membros do Conselho de Administração da Sociedade, sob a presidência do senhor Luiz Carlos Trabuco Cappi, que convidou o senhor Antonio José da Barbara para assumir a função de Secretário. Considerando a aprovação das matérias constantes da ordem do dia da Assembleia Geral Extraordinária realizada nesta data, os Conselheiros deliberaram: 1. aprovar o Regimento Interno do Comitê de Auditoria da Sociedade, nos termos da Instrução CVM nº 308, de 14 de maio de 1999, conforme alterada, o qual faz parte integrante desta ata como **Anexo**; 2. eleger os membros do Comitê de Auditoria da Sociedade, conforme segue: **Alexandre da Silva Glüher**, brasileiro, casado, Administrador, RG 57.793.933-6/SSP-SP, CPF 282.548.640/04, como Coordenador; **Amaro Luiz de Oliveira Gomes**, brasileiro-britânico, casado, Contador, RG 784.815/SSP-DF, CPF 289.272.301/91, como Especialista em Contabilidade Societária, nos termos da Instrução CVM nº 308, de 14 de maio de 1999, conforme alterada; e **Paulo Ricardo Satyro Bianchini**, brasileiro, casado, Administrador de Empresas, RG 7.880.083-3/SSP-SP, CPF 666.764.448/87, como Membro, todos com endereço profissional no Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900. Em seguida, esclareceu o senhor Presidente que os integrantes do Comitê de Auditoria: 1) terão mandato de 5 anos, estendido até a posse dos membros que venham a substituí-los; e 2) arquivaram na sede da Sociedade declaração, sob as penas da lei, de que atendem às condições prévias de elegibilidade previstas no Artigo 147 da Lei nº 6.404/76. Em consequência, o Comitê de Auditoria da Sociedade fica assim composto: **Coordenador**: Alexandre da Silva Glüher; **Especialista em Contabilidade Societária**: Amaro Luiz de Oliveira Gomes e **Membro**: Paulo Ricardo Satyro Bianchini. 3. não fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria, considerando que todos recebem remuneração pelas funções que exercem no Banco Bradesco S.A., empresa controlada. Nada mais foi tratado, encerrando-se a reunião e lavrando-se esta Ata que os Conselheiros assinam. aa) Luiz Carlos Trabuco Cappi, Carlos Alberto Rodrigues Guilherme, Milton Matsumoto, Alexandre da Silva Glüher e Maurício Machado de Minas. Declaro para os devidos fins que a presente é cópia fiel da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. NCF Participações S.A. a) Antonio José da Barbara - Secretário. **Certidão** - Secretária de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certifico o registro sob nº 393.757/21-3, em 18.8.2021. a) Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral. **Anexo da Ata da Reunião Extraordinária do Conselho de Administração de 30.7.2021** - Regimento do Comitê de Auditoria Estatutário da NCF Participações S.A. - Capítulo I - Do Propósito - **Artigo 1º** O Comitê de Auditoria Estatutário (CAE), órgão de caráter permanente, tem por objetivos principais recomendar e assessorar o Conselho de Administração da NCF Participações S.A. nos assuntos relativos às demonstrações contábeis, às auditorias interna e independente, às exposições de risco e controles internos. **Parágrafo Único** - O CAE deve possuir: I - meios para receber denúncias, inclusive sigilosas, internas e externas à companhia, em matérias relacionadas ao escopo de suas atividades; e II - autonomia operacional e dotação orçamentária, anual ou por projeto, dentro de limites aprovados pelo Conselho de Administração para conduzir ou determinar a realização de consultas, avaliações e investigações dentro do escopo de suas atividades, inclusive com a contratação e utilização de especialistas externos independentes. Capítulo II - Da Subordinação - **Artigo 2º** O Comitê reportar-se-á diretamente ao Conselho de Administração, atuando com independência em relação à Diretoria. Capítulo III - Da Composição - **Artigo 3º** O CAE deve ser composto por 3 (três) a 5 (cinco) membros, sendo 1 (um) designado Coordenador, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandatos de 5 (cinco) anos, sendo que: I - deverá possuir ao menos 1 (um) membro do Conselho de Administração da companhia que não participe da diretoria; e II - deverá possuir a maioria de membros independentes. **Parágrafo Primeiro** - É vedada a participação no CAE de diretores da companhia, suas controladas, controladora, coligadas ou sociedades em controle comum, diretas ou indiretas. **Parágrafo Segundo** - Para que se cumpra o requisito de independência de que trata o inciso II do **caput**, o membro do CAE: I - não pode ser, ou ter sido, nos últimos 5 (cinco) anos: a) diretor ou empregado da companhia, sua controladora, controlada, coligada ou sociedade em controle comum, diretas ou indiretas; ou b) responsável técnico da equipe envolvida nos trabalhos de auditoria da instituição; e c) sócio, responsável técnico ou integrante de equipe de trabalho do Auditor Independente - Pessoa Jurídica; e II - não pode ser cônjuge, parente em linha reta ou linha colateral, até o terceiro grau, e por afinidade, até o segundo grau, das pessoas referidas no inciso I. **Parágrafo Terceiro** - Os membros do CAE devem atender aos requisitos previstos no artigo 147 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. **Parágrafo Quarto** - Tendo exercido mandato por qualquer período, os membros do CAE só poderão voltar a integrar tal órgão, na mesma companhia, após decorridos, no mínimo, 3 (três) anos do final do mandato. **Parágrafo Quinto** - Ao menos 1 (um) dos membros do CAE deve ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária. **Parágrafo Sexto** - Para que se cumpra o requisito de reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, previsto no **Parágrafo Quinto**, o membro do CAE deve possuir: I - conhecimento dos princípios contábeis geralmente aceitos e das demonstrações financeiras; II - habilidade para avaliar a aplicação desses princípios em relação às principais estimativas contábeis; III - experiência preparando, auditando, analisando ou avaliando demonstrações financeiras que possuam nível de abrangência e complexidade comparáveis aos da companhia; IV - formação educacional compatível com os conhecimentos de contabilidade societária necessários às atividades do CAE; e V - conhecimento de controles internos e procedimentos de contabilidade societária. **Parágrafo Sétimo** - O atendimento aos requisitos previstos no **Parágrafo Sexto** deve ser comprovado por meio de documentação mantida na sede da companhia, à disposição da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), pelo prazo de 5 (cinco) anos contados a partir do último dia de mandato do membro do CAE. **Parágrafo Oitavo** - Os membros do CAE devem manter postura imparcial e cética no desempenho de suas atividades e, sobretudo, em relação às estimativas presentes nas demonstrações financeiras e à gestão da companhia. **Parágrafo Nono** - A substituição de membro do CAE deve ser comunicada à CVM em até 10 dias contados da sua substituição. Capítulo IV - Das Atribuições - **Artigo 4º** Compete ao Coordenador do Comitê: a) avaliar e definir os assuntos a serem discutidos nas reuniões; b) coordenar as reuniões; e c) solicitar a emissão de parecer por qualquer consultor especializado ou empresa de consultoria. **Artigo 5º** O Comitê terá as seguintes atribuições: I - opinar sobre a contratação e destituição do auditor independente para a elaboração de auditoria externa independente ou para qualquer outro serviço; II - supervisionar as atividades: a) dos auditores independentes, a fim de avaliar: 1. a sua independência; 2. a qualidade dos serviços prestados; e 3. a adequação dos serviços prestados às necessidades da companhia; b) da área de controles internos da companhia; c) da área de auditoria interna da companhia; e d) da área de elaboração das demonstrações financeiras da companhia; III - monitorar a qualidade e integridade: a) dos mecanismos de controles internos; b) das informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras da companhia; e c) das informações e medições divulgadas com base em dados contábeis ajustados e em dados não contábeis que acrescentem elementos não previstos na estrutura dos relatórios usuais das demonstrações financeiras; IV - avaliar e monitorar as exposições de risco da companhia, podendo inclusive requerer informações detalhadas de políticas e procedimentos relacionados com: a) a remuneração da administração; b) a utilização de ativos da companhia; e c) as despesas incorridas em nome da companhia; V - avaliar e monitorar, juntamente com a administração e a área de auditoria interna, a adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela companhia e suas respectivas evidências; e VI - elaborar relatório anual resumido, a ser apresentado juntamente com as demonstrações financeiras, contendo a descrição de: a) suas atividades, os resultados e conclusões alcançados e as recomendações feitas; e b) quaisquer situações nas quais exista divergência significativa entre a administração da companhia, os auditores independentes e o CAE em relação às demonstrações financeiras da companhia. Capítulo V - Das Reuniões - **Artigo 6º** O CAE reunir-se-á bimestralmente, e sempre que necessário, de forma que as informações contábeis sejam sempre apreciadas antes de sua divulgação. **Parágrafo Primeiro** - As reuniões do CAE devem ser registradas em atas. **Parágrafo Segundo** - O coordenador do CAE, acompanhado de outros membros do CAE quando necessário ou conveniente, deve: I - reunir-se com o Conselho de Administração, no mínimo, trimestralmente; e II - comparecer à assembleia geral ordinária da companhia. **Capítulo VI - Das Disposições Gerais** - **Artigo 7º** A companhia deve manter em sua sede social e à disposição da CVM, pelo prazo de 5 (cinco) anos, relatório anual circunstanciado preparado pelo CAE, contendo a descrição de: a) suas atividades, os resultados e conclusões alcançados e as recomendações feitas; e b) quaisquer situações nas quais exista divergência significativa entre a administração da companhia, os auditores independentes e o CAE em relação às demonstrações financeiras da companhia. **Parágrafo único** - Os auditores independentes devem atender às demandas do CAE em todas as matérias de sua competência.